



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

revpsico@usp.br

Instituto de Psicologia

Brasil

Kerry dos Santos, Daniel; Coelho de Souza Lago, Mara  
O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos  
genealógicos  
Psicologia USP, vol. 27, núm. 1, 2016, pp. 133-144  
Instituto de Psicologia  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305145376017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## O dispositivo da idade, a produção da velhice e regimes de subjetivação: rastreamentos genealógicos<sup>1</sup>

Daniel Kerry dos Santos\*  
Mara Coelho de Souza Lago

Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Psicologia. Florianópolis, SC, Brasil

**Resumo:** Este artigo problematiza a produção histórica da velhice a partir do dispositivo da idade. Traça-se um rastreio genealógico que visa apontar algumas linhas que foram configurando enunciados sobre a velhice a partir de diversas correlações de forças, especialmente em contextos biopolíticos. Destaca-se como os discursos de verdade que enunciam a velhice produzem regimes de subjetivação e constituem sujeitos a partir de referenciais normalizadores e massificadores. A partir da desconstrução dos discursos relativos à velhice, aponta-se para a possibilidade de considerar as experiências das velhices para além das formas de tutela e de gestões calculistas da vida.

**Palavras-chave:** velhice, dispositivo, subjetividade, discurso, psicologia social.

### Introdução: a proliferação discursiva sobre a velhice

“Velhice”, “terceira idade”, “idoso/idoso” são categorias e ideias de alcance extremamente amplo no discurso social, nas instituições, nas mídias, nos modos de agir e de se relacionar das pessoas. Parecem-nos, à primeira vista, dimensões autoevidentes da vida, afinal envelhecer seria uma questão “ontológica” e “intrínseca” à existência humana. Verificam-se, de fato, grandes preocupações, polêmicas e uma proliferação discursiva sobre a temática da velhice e dos sujeitos que corporificam as marcas do tempo.

As inquietações em torno da finitude humana e das transformações corporais advindas do efeito do tempo sobre a matéria, aparecem como produtoras de discursos alicerçados sobre os mais diversos campos de saber: médico, religioso, psicológico, jurídico, filosófico, antropológico etc. No entanto, é no campo da ciência, especialmente das ciências médicas e biológicas, que observamos a hegemonia de discursos que enunciam verdades sobre a velhice e sobre o corpo: corpo-velho *saudável*, corpo-velho *produtivo*, corpo-velho *máquina*, corpo-velho *ativo*, corpo-velho *normal*, corpo-velho *jovem*, corpo-velho *velho* etc.

Temos considerado a idade (ou os marcadores etários) como um dispositivo que (des)organiza, controla, homogeneiza, regula, normatiza e normaliza o campo social, como pode ser observado em recentes trabalhos de alguns (algumas) pesquisadores(as) (Amaral, 2012; César, 2000; Debert, 1999; Pocahy, 2011, 2011a; Pretto, 2013; Rodrigues, 2010; Sais, 2011; Santos, 2012a; Tótor, 2013). Tal dispositivo produz visibilidades e enuncia determinadas forças, ao

mesmo tempo em que invisibiliza e silencia outras. Nesse sentido, exercem-se efeitos de constituição dos sujeitos que são marcados por fluxos discursivos e materiais, num campo de relações de poder e de saber. Concordamos, assim, com Pocahy (2011a), que sugere que o projeto biopolítico não inventou apenas o dispositivo da sexualidade, “mas também produziu gênero e idade como um conjunto mais ou menos heterogêneo que comporta práticas discursivas e/ou não discursivas de objetivação, através de controle, normatização e regulação das subjetividades” (p. 196).

A noção de *dispositivo*, portanto, nos parece relevante em análises que pretendem acompanhar as formas de objetivação dos sujeitos, a produção das margens nas quais eles são alocados e os modos de resistência e subjetivação que surgem como estratégias éticas na constituição de si. Desse modo, consideramos o conceito de dispositivo uma possível ferramenta analítica para se trabalhar intersecções entre idade/geração e outros marcadores sociais de diferença como a sexualidade e o gênero, como tem procurado fazer, a partir de diferentes perspectivas, alguns (algumas) autores(as) (Amaral, 2012; Amaral & Toneli, 2013; Duque, 2009; Henning, 2014; Pocahy, 2011; Antunes, 2013; Santos, 2012a; Santos & Lago, 2013).

Mas o que seria um dispositivo? Primeiramente, é preciso dizer que se trata de um conceito utilizado por Michel Foucault em seus trabalhos genealógicos, aqueles nos quais o filósofo buscou traçar as condições de possibilidade de aparecimento de determinadas práticas, instituições e relações de poder. Em *Microfísica do poder*, Foucault (1979) define dispositivo a partir de três sentidos:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

<sup>1</sup> Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES-Prof.

\* Endereço para correspondência: dakerry@gmail.com

proposições filosóficas, morais, filantrópicas . . . o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (p. 244)

Ao demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos, o autor prossegue em sua definição:

tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda. Pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto uma função estratégica dominante. (p. 244)

Os dispositivos podem abranger uma pluralidade de forças e atuar de forma difusa a serviço da manutenção de uma ordem e uma norma social. Seus processos de controle apresentam-se a partir de uma determinação funcional, tendo efeitos positivos ou negativos numa relação de ressonância e/ou contradição, na qual elementos heterogêneos precisam se rearticular e se reajustar continuamente.

Deleuze (1989), em sua leitura sobre o conceito foucaultiano, destaca a natureza multilinear do dispositivo: um emaranhado de linhas com vetores e direções distintas que não conformariam sistemas homogêneos. Tais linhas que compõem os dispositivos, sempre em movimento e num campo de tensão, são, segundo Deleuze (1989):

linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura, e todas se entrecruzam e se misturam, de modo que umas repõem as outras ou suscitam outras, através de variações ou mesmo de mutações de agenciamento. (p. 3)

Assim, os sujeitos, os objetos, os enunciados e as relações de forças se configuram como vetores em tensão que não se encerram em contornos e/ou em algo fechado e acabado. Os dispositivos, como *máquinas de fazer ver e fazer falar*, constituem curvas de visibilidade e curvas de enunciação, ou seja, movimentam forças do campo social de forma a clarificar materialidades (que são em si efeitos discursivos dos próprios dispositivos), compondo regimes de verdade que constituem e fazem circular saberes e relações de poder. Isso quer dizer, segundo Benevides (1997), que “em cada formação histórica há maneiras de sentir, perceber e dizer que conformam regiões de visibilidade e

campos de dizibilidade . . . que em cada época . . . existem camadas de coisas e palavras, formas e substâncias de expressão . . . , de conteúdo” (p. 185).

O dispositivo da velhice, como problematizado por Sais (2011), e o dispositivo da idade, como sugerido por Pocahy (2011b), visibilizam e enunciam o corpo que envelhece como um problema de governo de si e dos outros, além de produzir os contornos de (i)legitimidade e (in)inteligibilidade da própria matéria corpórea. Assim, a produção discursiva sobre o envelhecimento responde a determinadas urgências que alguns contextos políticos e sociais demandam, como apontaremos mais adiante. O dispositivo da idade lança luz sobre os corpos e exige deles um arsenal de técnicas de autoconhecimento, autorregulação, autocontrole e vigília de si. A subjetivação dos regimes de verdade que tomam a idade como marcador regulatório na produção dos sujeitos irá dar contornos às subjetividades e a uma aparente interioridade subjetiva, moldando ficções que regulam modos ditos legítimos de existir a partir de demarcações etárias bem delimitadas. É assim que vemos nascer, no ocidente, o sentimento e a noção da infância (Áries, 2006; Rodrigues, 2010), da adolescência (César, 2000), do idoso e da terceira idade (Debert, 1999; Peixoto, 1998; Tótora, 2013; Sais, 2011) e, concomitantemente a essas classificações e categorias, regimes de subjetivações correspondentes.

Nota-se que os dispositivos produzem uma série de conceitos, objetos e enunciados que passam a circular entre as mais diversas instituições, sedimentando camadas de saberes e atuando na constituição dos corpos e das subjetividades. São as linhas de força dos dispositivos que fazem que os mesmos ganhem consistência ao retificar e/ou tensionar o campo político das relações de poder; elas atravessam todo o dispositivo e atualizam jogos de verdade.

Em nosso texto, empreendemos uma aposta genealógica como princípio metodológico para uma analítica do poder, tal como sugerido por Michel Foucault em várias de suas obras. Uma genealogia, ou para sermos menos pretensiosos, uma *rastreio genealógico* sobre a velhice, requer que analisemos algumas rupturas e descontinuidades nas produções de saberes e de discursos sobre como a velhice foi se constituindo objeto de conhecimento científico e de governo. Tratamos, portanto, de “desdisciplinar” aquilo que algumas disciplinas vêm afirmando como universal. Para Fernández (2008):

*Desdisciplinar* implica complejos procedimientos elucidatorios: *desnaturalizar* los dominios de objeto instituidos sin por ello invalidar los conocimientos que ellos han producido y producen. Supone, a su vez, *deconstruir* las lógicas desde donde han operado sus principios de ordenamiento, así como también *genealogizar*, o al menos realizar algunos *rastros genealógicos que permitan interrogar los a priori desde los que un campo de saberes y prácticas ha construido sus conceptualizaciones*. (p. 28, *italicos nossos*)

Ou seja, trata-se de apreender a velhice a partir de uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo do saber e do poder que nos constitui como sujeitos. Assim, esboçamos algumas linhas que foram nos indicando como o envelhecimento foi se transformando em um objeto visado de gestão da população e de preocupação sócio-política, não necessariamente por um “avanço linear” de uma mentalidade que se preocupa com as multiplicidades de se experienciar a velhice, mas mais por uma racionalidade de governo que pretende tutelar, massificar e homogeneizar o corpo interno das populações. Para Foucault, a genealogia travaria um embate contra um suposto conhecimento verdadeiro e científico, que seria possuído e/ou reivindicado por alguns. “É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (Foucault, 1999, p. 14). Ao separarmos algumas linhas do que se configuraria como um dispositivo da(s) idade(s), procuramos localizar as produções discursivas sobre a velhice dentro de uma hierarquia de legitimidades que foi se constituindo no campo científico (bem como no campo jurídico e moral). Com isso, buscamos suscitar uma discussão crítica relativa a alguns enunciados contemporâneos sobre o envelhecimento que, por vezes, circulam de modo deslocado da sua historicidade e se perpetuam como discursos unitários e, frequentemente, de maneira ingênua e universalista. Para Foucault (1999):

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – “menores”, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos, esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas. (p. 15)

Tendo isso em vista, a seguir teceremos algumas notas sobre as produções discursivas a respeito da velhice para posteriormente traçarmos um rastreio genealógico (Fernandéz, 2008) sobre a produção da velhice a partir do dispositivo da idade.

## Notas sobre a questão da velhice

A problematização sobre a velhice no campo das ciências sociais e humanas imprescinde de um olhar que considera as formas pelas quais ela foi tratada durante a história e os discursos que a enunciaram como questão objetivável de controle e de gestão dos corpos e das populações. Se em determinados estratos históricos o envelhecimento foi considerado a fatalidade de um estágio biológico natural que representava o declínio das funções vitais, em outros contextos, mais contemporâneos, as fases avançadas

da vida passam a ser reinvestidas de significados que positivam os corpos envelhecidos, produzindo sujeitos dotados de capacidade produtiva; porém, conforme sinalizam alguns críticos como Debert (1999) e Ortega (2008), desinvestidos de potência política, docilizados e muitas vezes infantilizados.

Como já apontava Beauvoir (1990) em seu clássico estudo sobre a condição dos velhos na França, as afirmações que tentam generalizar a velhice devem ser rejeitadas. Isso porque, como a própria autora nos diz, não podemos definir a velhice: “ela assume uma multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros” (Beauvoir, 1990). Que aspectos seriam esses? Beauvoir salienta bem a questão das classes: a condição entre exploradores e explorados criaria um abismo crucial na diferenciação entre os modos de vivenciar o envelhecimento. A posição de classe social, analisada por autoras como Beauvoir (1990) e Bosi (1994), foi tomada como determinante da situação de completo abandono e miséria ou da possibilidade de receber cuidados. Autoras e autores recentemente vêm discutindo a velhice a partir de aspectos também importantes como o gênero, a sexualidade, a raça/etnia, a saúde mental, a mobilidade, a institucionalização, a sociabilidade, o trabalho e o consumo.

A análise de realidades localizadas tem, assim, convocado a consideração de múltiplas diferenças que, articuladas, constituem sujeitos históricos em suas singularidades. Piscitelli (2008) analisa a emergência da categoria “interseccionalidade”, que tem adquirido centralidade nos estudos de teóricos(as) feministas e de gênero, como alternativa para a consideração da multiplicidade de diferenciações que permeiam o social e nele constituem sujeitos históricos e singulares, em posições diferenciadas em relação a hierarquias de poder. De acordo com Crenshaw (2002), “a interseccionalidade . . . busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (p. 177). E, como enfatiza Brah (2006), “vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas” em que “a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida” (pp. 341-342). Neste artigo, destacamos a idade, isso é, a questão geracional do envelhecimento, como uma das posições de sujeito que, por constituir uma dimensão desvalorizada em sociedades como a nossa, deve ser articulada, desde uma perspectiva interseccional, aos demais dispositivos que demarcam diferenças hierarquizadas nas posições de sujeitos.

A temática “velhice” não pode ser reduzida a alguma determinação estática, pois nela está implicado um processo de mudança sempre em curso (Beauvoir, 1990). Beauvoir salienta, no entanto, que não se trata de qualquer tipo de mudança, de desequilíbrios que se reconquistam, mas de uma mudança mais específica: “algo irreversível e desfavorável – um declínio” (p. 18). Claro que a autora não desconsidera que a palavra “desfavorável” subjaz um julgamento moral. Desfavorável para quem? Beauvoir (1990) lembra que “não há progresso ou regressão a não ser em

relação a um objeto visado” (p. 18). Logo, podemos pensar que a velhice se conforma como tal, tanto discursiva como materialmente, a partir de sistemas regulatórios e de inteligibilidade do corpo. Pessoas de mesma idade podem ser consideradas velhas ou não, dependendo do contexto social em que vivem, das formas pelas quais seu corpo é enunciado, das performatividades estilizadas. Para Beauvoir (1990):

não se falará de envelhecimento enquanto as deficiências permanecerem esporádicas e forem facilmente contornadas. Quando adquirem importância e se tornam irremediáveis, então o corpo fica frágil e mais ou menos impotente: pode-se dizer, sem equívoco que ele declina. (p. 19)

Mas se esse “declínio”, em alguns contextos históricos, significava algo inevitável e lastimável; em outros, ele poderá ser tomado como alvo de atenção a si mesmo, de vigilância e de negação da própria finitude. O que é considerado “decadente” dependerá das valorações sobre o corpo que determinado grupo social produz. Numa sociedade ocidental, moderna e capitalista como a nossa, que supervaloriza a juventude, o corpo produtivo e alguns padrões normativos de beleza, a velhice será evitada, seja por meio das tecnologias médico-farmacológicas, seja por meio de tecnologias sociais que visam normatizar e normalizar o corpo velho (Ortega, 2008). Logo, na nossa cultura contemporânea a problemática do “declínio” será encarada de forma muito diferente do que há algumas décadas.

De maneira geral, a questão da velhice situa-se num campo de discussão, entre outras coisas, sobre corpo, família, solidão, qualidade de vida, saúde, espaços público e privado, morte e finitude. Esses temas surgem socialmente, ora como algo a ser evitado, preferível que seja silenciado, ora como objeto de investimento político por parte de movimentos sociais, das políticas públicas e da própria dinâmica do mercado. Nota-se uma tensão entre discursos, alguns que enunciam a velhice como uma dramática fase da vida, outros que exaltam essa faixa etária como um momento de descanso do trabalho, de desfrute dos prazeres que não se pôde ter durante a vida, e de se viver o que se tem chamado de a “melhor idade” (Lago, 2006). Essa confluência de discursos surge a partir de deslocamentos históricos em relação às formas de se representar a velhice e à construção da ideia de que a camada da população com mais idade deve ser alvo de preocupação e gestão social. Debert (1999) aponta que os estudos contemporâneos sobre velhice são marcados por dois modelos antagônicos de se pensar o envelhecimento:

no primeiro deles, trata-se de construir um quadro apontando a situação de pauperização e abandono a que o velho é relegado, em que ainda é, sobretudo, a família que arca com o peso dessa situação. Esse modelo é criticado porque estaria, sem pretender, alimentando estereótipos da velhice como

um período de retraimento em face da doença e da pobreza, uma situação de dependência e passividade que legitima as políticas públicas, baseadas na visão do idoso como ser doente, isolado, abandonado pela família e pelo Estado. No segundo, trata-se de apresentar os idosos como seres ativos, capazes de dar respostas originais aos desafios que enfrentam em seu cotidiano, redefinindo sua experiência de forma a se contrapor aos estereótipos ligados à velhice. Levando ao extremo, esse modelo rejeita a própria ideia de velhice ao considerar que a idade não é um marcador pertinente na definição das experiências vividas . . . . Esse segundo modelo, também sem pretender, acaba fazendo coro com os discursos interessados em transformar o envelhecimento em um novo mercado de consumo, prometendo que a velhice pode ser eternamente adiada através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas. (p. 73)

Esses dois modelos sobre os quais se centram os estudos a respeito do envelhecimento mostram que o olhar contemporâneo para a velhice se compõe a partir de uma sobreposição de saberes e visões definidoras do objeto “velho” e, por consequência, da própria noção de corpo. Essas visões, que variam entre um cientificismo, uma moralidade do corpo e uma racionalidade de controle, produziram-se a partir de diversos enunciados sobre a velhice, sobre o envelhecimento e sobre o corpo.

Segundo Vilaça (2000), as visões filosóficas sobre o corpo oscilam entre “uma denúncia do corpo como obstáculo, prisão e lugar de alienação e a exaltação do mesmo, como espaço de prazer, como meio de liberação individual e coletiva”. Essas duas visões, ou essas duas matrizes discursivas a partir das quais se objetificam os corpos (corpos-velhos, corpos-doentes, corpos-jovens, corpos-produtivos, corpos-dóceis etc.) coexistem numa mesma época e compõem uma visão tensional sobre o objeto corpo (Vilaça, 2000). Percebe-se, nesse sentido, que as concepções de envelhecimento estão intimamente atreladas a concepções filosófico-morais a respeito do corpo. Conceitos coexistentes e coproduzidos: a velhice se visibiliza a partir da enunciação de um corpo que, por sua vez, ganha inteligibilidade a partir de um referente etário. Ainda segundo a autora citada, o menosprezo, ou a inferiorização em relação à matéria, estaria remetida a uma hierarquia platônica, na qual a alma, divina e imortal, ocuparia uma importância maior em relação ao corpo material, frágil e finito. Por outro lado, a partir do Renascimento, da modernidade e das racionalidades científicas iluministas, passam a circular outros valores sobre o corpo, contribuindo com concepções onde a saúde corporal e um ótimo funcionamento orgânico ganham centralidade e a velhice passa a ser tratada como um problema.

Beauvoir (1990) já nos apontava que diferentes culturas e sociedades estabelecem diversas formas de hierarquização a partir das idades cronológicas. Debert (1998)



chama a atenção para o fato de que a velhice não pode ser tomada como uma categoria natural e universal. Para a antropóloga, “as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos” (Debert, 1998, p. 50). As pesquisas antropológicas deixam evidente que as fases da vida, sejam elas quais forem, não constituem categorias substanciais, mas são modos de organização social e de elaborar simbolicamente um processo biológico (Debert, 1998; Minayo & Coimbra, 2002). Isso significa que o esquadramento de pessoas a partir de conceitos como “idade”, “geração”, “maturidade” seria algo completamente arbitrário e sujeito a determinações culturais, sociais e políticas. O próprio sistema de datação baseado nas idades cronológicas está ausente na maioria das sociedades não ocidentais, como salienta Debert (1999) a partir da leitura do trabalho Meyer Fortes.

Segundo Debert (1998), a cronologização da vida seria uma consequência da modernidade que institucionaliza o curso de vida a partir da idade cronológica. Para a autora:

os critérios e normas da idade cronológica são impostos nas sociedades ocidentais não porque elas disponham de um aparato cultural que domina a reflexão sobre os estágios de maturidade, mas por exigência das leis que determinam os deveres e direitos do cidadão. (Debert, 1998, p. 47)

De acordo com Motta (2002, p. 38), “a modernidade de capitalista construiu uma visão segmentar das idades: periodiza as gerações, constrói e ‘desconstrói’ idades, quase a cada século inventa mais uma”. Mas essa segmentaridade que nos binariza, deixa escapar as micropolíticas e as multiplicidades existenciais possíveis, como nos apontam Deleuze e Guattari (2008). É o que também nos lembra Barros (2006), ao mostrar que as pesquisas sobre velhice vêm empreendendo um esforço para evidenciar a heterogeneidade de experiências de envelhecimento e para apontar que as periodizações das fases da vida são determinadas por diferentes padrões que coexistem entre si.

Os modos de classificação de indivíduos a partir da idade cronológica estabelecem relações de poder que se reificam a partir da naturalização, da essencialização e da homogeneização da velhice. Se, por um lado, o “envelhecer” está atrelado a um fato biológico, por outro a experiência de envelhecimento é discursivamente construída, tendo por efeito a ativação de modos de subjetivação heterogêneos. Não pretendo com isso dizer que o “corpo biológico que envelhece”, assim como qualquer outro, não esteja também habitado por múltiplos discursos (Butler, 2002b): ele só ganha materialidade e inteligibilidade a partir de seus agenciamentos de enunciação. Portanto, nem mesmo o fato biológico do envelhecimento pode ser tomado como algo exterior aos regimes discursivos, uma vez que é no interior deles mesmos que se produzem realidades bem concretas,

como a estigmatização, a exclusão e o abandono, por um lado, e o investimento de tecnologias que mascaram a existência de um corpo que se transforma, por outro. As problematizações que articulam a produção do corpo a regimes de verdade e a proliferações discursivas são mais frequentes no campo de estudos de gênero e feministas, que já apontam, desde a década de 1960, para os problemas e as consequências das correlações ideológicas entre “natureza” e “mulher”. No entanto, como nos mostra Motta (2002), a recusa a esse determinismo bioideológico em relação ao corpo, sexo, gênero e sexualidades, amplamente discutido entre feministas, ainda não parece ter atingido de forma satisfatória os modos como nos relacionamos com a velhice e como olhamos para o corpo velho, sobreinvestido de discursos biologicistas e essencialistas.

Se o dispositivo da idade cria condições de inteligibilidade (ou de ininteligibilidade) ao sujeito, é porque ele está submetido a uma série histórica de valorações sobre o corpo, a um conjunto de normas e a um campo de disputa política sobre a vida. Apontaremos a seguir algumas linhas que ilustram esses jogos de verdades/legitimidades/inteligibilidades.

## **O dispositivo da idade e a produção da velhice**

Com a criação do Estado Moderno, torna-se necessário otimizar formas mais eficazes de governamentalidade, seja no âmbito econômico, do controle social, da saúde, da família e em todas as áreas por onde o “social” se dissemina e se visibiliza, como nos apontam Foucault (1988, 2002) e Donzelot (1986). A institucionalização da idade cronológica está intimamente relacionada às mudanças na economia (Debert, 1998), pois a idade será um dos indicadores de quem estará compondo a camada da população considerada economicamente ativa (mendigos, velhos, loucos e toda a ordem de corpos “degenerados” e improdutivos precisarão ser “remanejados” a partir de dispositivos de segurança, de segregação e de exclusão – presídio, asilos, hospitais – com a finalidade de não atrapalhar o bom funcionamento do Estado que precisa se fortalecer). Nesse sentido, agrupar estratos populacionais a partir da idade seria uma estratégia governamental que institucionalizaria o curso de vida a fim de regular as etapas da vida e aperfeiçoar formas de gestão das populações. As taxas de natalidade, a escolarização, o mercado de trabalho, a aposentadoria, tudo isso pode ser melhor racionalizado a partir de categorias etárias bem delimitadas, que dizem mais respeito à otimização do controle do que às múltiplas valorações possíveis sobre o curso de vida. Além disso, o sistema de datação baseado nas idades cronológicas é crucial para a construção do sujeito “cidadão”, pois ele determinará direitos e deveres a partir dos marcadores etários. Como sublinha Debert (1998), “a idade cronológica só tem relevância quando o quadro político-jurídico ganha precedência sobre as relações familiares e de parentesco para determinar a cidadania” (p. 48).

A velhice passa então a se constituir como um objeto biopolítico, ou seja, um aspecto da vida sobre o qual a política irá incidir suas ações. Para Sais (2011), a velhice é mais que um fenômeno do curso de vida: ela é uma *tecnologia* centrada na vida que regula os hábitos e os comportamentos das populações. Para esse autor, o conceito de *velhice*, a *experiência de envelhecer* e *estar velho* não são sinônimos, mas seriam efeitos do que ele considerou ser um *dispositivo da velhice*. Entretanto, sob quais condições de possibilidade a velhice passa a ser entendida como um problema e como parte de um plano de gestão da vida? Quais mecanismos de poder e relações de força vão dando contorno ao que hoje se toma como o sujeito velho inteligível (ou ininteligível)?

Foucault (1998) nos mostra que com o fim das monarquias e do poder soberano e com a emergência dos Estados Nação, o poder jurídico e da lei mostra-se insuficiente para a consolidação do Estado Moderno. Desse modo, o poder sobre a vida, ou seja, uma forma de poder que faz viver e deixa morrer (por uma razão de Estado liberal e capitalista), mostra-se mais eficiente quando se utiliza das *normas* como estratégias de controle. Se o soberano tinha poder sobre os indivíduos, o Estado passa a ter controle sobre toda uma população. Os dispositivos de dominação não estariam exclusivamente restritos ao procedimento da lei e da interdição. Os novos mecanismos de poder que surgem a partir do século XVIII, que tomam a vida como alvo de gestão, funcionam, segundo Foucault (1988), “não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle” (p. 100).

As condições de possibilidades para que a velhice possa ser pensada como um problema social começam a emergir a partir da transformação dos mecanismos de poder no Ocidente. Com a falência dos sistemas de soberania e com a ascendente forma de governo burguesa, ou seja, com a instauração do Estado Moderno, as formas de governamentalidade passam a se preocupar não mais em destruir forças, mas em torná-las produtivas. O poder de morte conferido aos soberanos desloca-se para um tipo de poder que maximiza a vida, com a óbvia finalidade de constituir um corpo social que se autorregule. As guerras não são mais em nome do soberano, mas em nome de toda uma população, sua salvação e preservação. Foucault aponta para essa transição na mecânica do poder, propondo que a concepção do poder enquanto lei, soberania e interdição deve ser reformulada para se construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código (Foucault, 1988). Segundo a concepção do filósofo, o poder repressivo seria limitado e ineficiente, pois estaria baseado em um modelo essencialmente jurídico, “centrado exclusivamente no enunciado da lei e no efeito de obediência” (Foucault, 1988, p. 100) e que seria incapaz de invenção, estando condenado a repetir-se sempre, além de só ter a potência de colocar limites aos indivíduos (Foucault, 1988).

Essa nova forma de poder sobre a vida, que Foucault (1988) denominou *biopoder*, desenvolve-se no século XVIII e se centra em dois polos: um que se direciona

ao corpo máquina, que o adestra, dociliza e extrai suas forças a partir da disciplinarização anátomo-política do corpo humano; e outro que se volta ao corpo espécie, ou seja:

o corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. . . . A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. (Foucault, 1988, p. 152)

O biopoder instaurou, ao final do século XVIII, o que Foucault, ao longo de seus trabalhos, chamou de uma “biopolítica da espécie humana”. O poder atuante sobre ser vivo/biológico; segundo Foucault (2002), o poder que gera “a estatização do biológico”, ou ainda, a biopolítica como estratégia do biopoder, entende-se como um conjunto de processos e/ou problemas, relacionados a um conjunto de seres vivos constituídos em populações. Dessa forma, o Estado cria formas de controle e tecnologias de gestão das populações na tentativa de racionalizar os problemas da prática governamental. Segundo Foucault, é nesse momento que surge a ideia de *população* (em contraponto à ideia de sociedade) como um problema político e econômico:

não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder . . . ; não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como um problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder. (Foucault, 1999, p. 292)

Podemos ver as condições de possibilidade de aparecimento desses ideais nas formas liberais de governo, a partir do século XVIII, como nos mostra Foucault em seu livro *O nascimento da biopolítica*. Segundo o autor, os “acidentes individuais, tudo o que pode acontecer na vida de alguém, seja a doença, seja esta coisa que chega de todo o modo, que é a velhice, não podem constituir um perigo nem para os indivíduos nem para a sociedade” (Foucault, 2008b, p. 89).

Apesar de a preocupação com a vida fazer parte de um projeto de Estado em ascensão, não quer dizer que desde então a velhice se constituiu um problema de governo. Isso porque havia claramente uma seletividade sobre quais vidas deveriam ser preservadas, controladas e administradas e quais vidas poderiam ser deixadas à deriva. Segundo

Donzelot (1986), os grandes problemas que poderiam ameaçar a definição de um Estado liberal eram o pauperismo e os confrontos no interior do corpo social, causados por clivagens entre uma “minoría burguesa civilizada e um povo bárbaro que, mais do que habitar, perambula na cidade e faz plantar sobre ela a ameaça de sua destruição” (p. 54). Segundo o autor, a estratégia de garantir a conservação e formação da população de forma pacífica foi por meio da filantropia. A filantropia, apoiada no assistencialismo, sustenta-se a partir de uma concepção liberal de Estado e remete para o privado as demandas que lhes são formuladas. Nesse contexto, a grande preocupação de gestão eram as crianças e o governo por meio das famílias, que era propagado por meio da medicina, do higienismo, de algumas práticas *psi*. Os velhos eram tidos como indignos de socorros e assistência, uma vez que não representavam utilidade para a população, dada a sua fraqueza produtiva e finitude eminente. Na mesma esteira de atenção, refinavam-se cuidados e modos de vigilância sobre as mulheres, mais do que sobre os homens, pois a partir delas viriam as crianças e o cuidado que elas deveriam receber. As prioridades não se assentavam sobre os velhos, pois eles não faziam parte de uma população rentável. A falta de importância dada às pessoas de mais idade mantém-se no início do século XX, quando os Estados, preocupados com algumas ondas de infertilidades crescentes nas famílias, volta sua atenção às políticas de crescimento das populações de forma a reforçar seu poder contra nações rivais (Donzelot, 1986).

Essas racionalidades de governo das populações não se restringem aos contextos Europeus. Segundo Beluche (2008), no decorrer dos séculos XVIII e XIX o Ocidente passou por um processo “civilizatório” que preconizava a disciplinarização e a normalização das cidades. Para o autor, um dos paradigmas desse processo foi a corrente médica da higiene pública (ou higienismo), que se disseminou no Brasil a partir da chegada da família real portuguesa, fato esse que impulsionou um projeto urbanizador, de estruturação da “ordem” e de normalização dos espaços urbanos. Beluche (2008) salienta que uma das estratégias utilizadas pela medicina para a construção da nova ordem burguesa, que se instaurava no Brasil do século XIX, foi a desqualificação do velho: os velhos (especificamente o *homem* velho) simbolizavam a “decadência do homem” e uma ameaça à manutenção das famílias que deveriam construir a nação. Os velhos representavam, portanto, um empecilho ao projeto de nação.

De acordo com Sais (2011), até 1940 havia pouco interesse em pesquisas sobre o envelhecimento, e isso estaria diretamente relacionado aos ideais científicos dominantes de progresso, que viam nas crianças a promessa do desenvolvimento da nação. Nesse contexto, a psicologia do desenvolvimento experimental e a psiquiatria não tinham como preocupação a velhice, que era entendida somente como um momento de involução humana, declínio e degeneração.

O reflexo dessas políticas que almejavam o engrandecimento das nações, tanto demográfico quanto

econômico, pôde ser visto pelo abandono aos velhos, como denunciou Simone de Beauvoir, no final da década de 1950. Peixoto (1998) aponta que os velhos do século XIX eram incapazes de se assegurar financeiramente e acabavam não detendo estatuto social. Com o capitalismo emergente, a velhice tornava-se sinônimo de invalidez e os velhos viviam em condições de miserabilidade. Segundo a autora, dentre as camadas mais ricas, a figura pejorativa do *velho* era apagada pela imagem do *idoso*, uma categoria que expressava algum status social da pessoa com mais idade. *Velho* seria, então, uma atribuição de indivíduos pobres de mais idade, ou seja, a maior parte dessa população.

De acordo com Sais (2011), um dos fatores que fizeram que a velhice se tornasse um problema de governo foi a II Guerra Mundial, que produziu um vazio populacional de adultos e uma diminuição de taxas de natalidade, indicando a previsão de um envelhecimento populacional. Ainda segundo esse autor, foi na primeira metade do século XX que surgiram disciplinas preocupadas especificamente com a velhice, como a sociologia do envelhecimento, as várias psicologias (clínica, do desenvolvimento, experimental, social, da personalidade) e a psiquiatria, as quais contribuíram com invenção de campos de estudos como a gerontologia. A velhice, nessa conjuntura, era sinônima de doença e improdutividade, e o envelhecimento, a partir de então, passou a se constituir um problema social a ser gerido. No Brasil, de problema médico a velhice passou a ser também alvo de preocupação econômica no campo político-administrativo quando as políticas de aposentadoria, até então restritas aos trabalhadores assalariados, começaram a vigorar com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social de 1960, que instituiu a aposentadoria a “todos os cidadãos brasileiros”<sup>2</sup>. Segundo Peixoto (1998), o ciclo de vida reestruturou-se, então, a partir de três grandes etapas: a infância/adolescência, a idade adulta e a velhice, entendida como a fase do repouso e da aposentadoria.

A análise do custo financeiro do envelhecimento entra na pauta do Estado, que começa a procurar estratégias de equilíbrio econômico e de manutenção da saúde da população mais velha, de forma que essa camada não acarretasse tantos gastos às máquinas públicas. Segundo Debert (1998), “trata-se agora de apontar os problemas que o aumento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade. O envelhecimento converte-se em um perigo, em uma ameaça a vida social” (p. 65).

Solidificam-se nesse momento estratégias biopolíticas que visam a uma governamentalidade dos corpos velhos. A ciência, “encarregada” dessa gestão da velhice, cria o envelhecimento como objeto de investigação científica e coloca em jogo múltiplas dimensões, como a questão

2 O artigo primeiro, do capítulo único dessa lei dispõe: “Art. 1º A previdência social, organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o bem estar.”



do desgaste físico e o prolongamento da vida, o desequilíbrio demográfico e o custo financeiro das políticas sociais (Debert, 1998).

Debert (1999) aponta, a partir da tendência contemporânea nos processos de socialização dos velhos, para o que ela vem chamando de *processos de reprivatização do envelhecimento*, os quais “transformam a velhice numa responsabilidade individual – e, nesses termos, ela poderia então desaparecer do nosso leque de preocupações sociais” (p. 14). Tótor (2013) também sinaliza esse fenômeno, destacando o que ela denomina de *processos de individualização da velhice*. Nada mais tácito e tático do que incorporar as normas aos processos subjetivos e fazer que a racionalidade biopolítica de governo opere de forma difusa, horizontal e sutil. A esse respeito, cabe ressaltar que se a velhice passa a constituir-se como um problema individual, é justamente porque o poder se exerce muito mais eficazmente quando cada indivíduo torna-se responsável por garantir sua utilidade e docilidade para o Estado.

A partir da década de 1960 começa a surgir a noção de *terceira idade*. Tal categoria implicitamente convoca o(a) aposentado(a) a integrar mais uma camada da população economicamente ativa, dada a potencialidade consumidora que tal parcela poderia representar. Integrar para consumir e para fazer viver corpos mais saudáveis e menos caros ao Estado. Essa nova categoria eufemiza o peso da velhice e valoriza o *bem envelhecer* como um problema individual, um empreendimento privativo. Assim, a velhice volta a se constituir como uma questão privada (reprivatizando a velhice), a partir de uma racionalidade biopolítica de gestão dos velhos.

Com a invenção da terceira idade e suas prerrogativas ideais sobre o corpo (a melhor idade, envelhecer com saúde, idade do lazer, velhice ativa etc.) passa-se a moldar uma moralidade sobre a vida que impõe códigos de comportamento do *bom velho*, aquele que se cuida e mantém uma atenção vigilante sobre sua saúde. Essa tática sutil de controle dos corpos, perpetrada por essa *nova* moral, produz modos de vigilância sobre o corpo fundados a partir de um ideal bioascético (Ortega, 2008). Em termos gerais, a ascese se refere a um deslocamento de um tipo de subjetividade para outro tipo, a ser atingido mediante a prática ascética. “O asceta oscila entre uma identidade a ser recusada e outra a ser alcançada”, como afirma Ortega (2008, p. 20). As bioasceses contemporâneas seriam relativas aos modos de relação consigo mesmo pautados sobre ideais regulatórios biopolíticos. Segundo o mesmo autor:

as formas de subjetividades visadas pela ascese podem diferir ou não das identidades prescritas social, cultural e politicamente . . . encontramos na maioria das práticas de bioascese uma vontade de uniformidade, de adaptação à norma e de constituição de modos de existência conformistas e egoístas, visando à procura da saúde e do corpo perfeito . . . os bioascetas contemporâneos . . . trocaram o amor pelo mundo e a preocupação com o bem comum, pela pessoa

narcísica de prolongamento infinito da vida e a maximização das performances corporais, esquecendo, por vezes, que viver com medo da morte é ter medo de viver. (Ortega, 2008, pp. 20; 25)

Os ideais contemporâneos que regulam os modos de ser da terceira idade, portanto, assentam-se sobre a maximização da potência do corpo, negando sua finitude e criando a ilusão de uma materialidade (bio)utópica, passível de ser alcançada a partir da sujeição às tecnologias médicas e farmacológicas. Assim, segundo Debert (1999), “o corpo ingovernável, as traições que o corpo faz às vontades individuais são, antes, percebidas como frutos de transgressões conscientemente impetradas, abominações da natureza humana” (p. 22). Estão colocados, dessa forma, códigos de comportamento de governo de si e de autovigília: o velho que escapa ao modo inteligível e medicalizado da terceira idade é um sujeito culpabilizado por seu “esculacho”, pelo descuido de si e pela própria decadência física. A juventude passa a ser um bem a ser conquistado por todos (independentemente da idade cronológica), seja por meio do consumo, pela adoção de modos de vida que visem ao prolongamento da vida ou por tecnologias biofarmacológicas que disfarcem as marcas do tempo sobre o corpo.

Ortega (2008) salienta que a medicalização da velhice, disfarçada sob a categoria da terceira idade, criou a figura do *bom velho* e do *mau velho* em consonância aos outros ideais bioascéticos que produzem uma onda de corpos potencialmente abjetos. Para o autor,

os estereótipos contra os gordos, idosos e outras figuras que fogem do padrão do corpo ideal têm o mesmo efeito estigmatizador e excludente. A obsessão pelo corpo bronzeado, malhado, sarado, lipoaspirado e siliconado faz aumentar o preconceito e dificulta o confronto com o fracasso de não atingir esse ideal, como testemunham anorexias, bulimias, distímias e depressões. (Ortega, 2008, p. 36)

Alguns autores (Debert, 1999; Motta, 2002; Sais, 2011) apontam que um dos grandes problemas que emergem a partir da criação da categoria terceira idade é a homogeneização de um grupo populacional que internamente é bastante complexo, inclusive no que diz respeito às faixas etárias que ele pode abranger. Muitas vezes uma pessoa de cinquenta anos e outra de setenta são consideradas pertencentes à terceira idade, mas provavelmente essas pessoas vivenciam experiências diferentes em relação ao envelhecimento. Quanto à homogeneização, os marcadores etários não são a única maneira de tentar massificar uma população. Dimensões sociais como o gênero, classe social, raça/etnia e orientação sexual constituem-se importantes linhas de subjetivação que devem ser consideradas na tentativa de acompanhar a heterogeneidade das experiências de envelhecimento.

De modo geral, é possível reconhecer alguns pontos centrais nas produções discursivas sobre o

envelhecimento. Como procuramos assinalar nesse texto, as representações variam entre polos negativos e positivos. Debert (1999) destaca alguns períodos importantes, como a caracterização da velhice como um sinônimo de pobreza e abandono; a ideia do envelhecimento associada à solidão e à marginalidade; a inserção da velhice como um problema econômico relacionado às questões previdenciárias; e, por fim, a culminação das políticas para a terceira idade.

Diante da multiplicidade de discursos e da complexidade histórica, política e teórica que compõe a produção da velhice a partir do dispositivo da idade, consideramos úteis alguns apontamentos levantados por Debert a serem considerados nas reflexões sobre o envelhecimento:

como o envelhecimento físico ou a idade legal tornam-se mecanismos fundamentais de classificação e separação dos seres humanos? Qual o tipo de tensão ou quais os conflitos gerados na tentativa de criar uma representação homogeneizadora dessa população? Como grupos e forças sociais distintas reagem a essas iniciativas? Quais os mecanismos utilizados para, através dessas representações, criar um laço social entre indivíduos que estão na mesma faixa etária, e em que situações esse laço pode ter eficácia redefinindo as diferenças de classe, gênero e étnicas? (Debert, 1999, p. 12)

Tendo em vista as dimensões históricas e os regimes discursivos a partir dos quais a velhice foi e ainda é construída e significada, não podemos pensar na experiência de envelhecimento (ou seja ela qual for: de sexualidade, de raça/etnia, de classe etc.) sem historicizar as práticas, os discursos e os enunciados que a produzem e que constituem os sujeitos. Nesse sentido, entendemos que as experiências são possíveis a partir da correlação entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade (Foucault, 1984). Concordamos, portanto, com Scott (1999) no sentido de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (p. 27). Isso não nega a singularidade das experiências vividas, muito menos as possibilidades de agência, mas coloca a própria constituição do sujeito dentro de uma contingência histórica e de um campo de forças que pode ser curvado e dobrado, possibilitando a produção das experiências. As experiências estariam atreladas a um estrato histórico, seja nos modos de sujeição, seja nas formas de resistência e na própria relação que se pode estabelecer consigo mesmo.

Não se trata de uma história do que pode haver de verdadeiro nesses processos, mas de “uma análise dos ‘jogos de verdade’, dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado” (Foucault, 1984, p. 12). Acrescentaríamos ainda, em consonância ao pensamento de Butler (2006, 2002a), que se trata de um jogo entre o legítimo e o ilegítimo, o inteligível e o ininteligível, humano e inumano, sujeito e objeto.

## Velhice, subjetivação e ética: por uma experiência além das normas

Mas como escapar ou transpor tais linhas de força que nos prendem aos regimes normativos dos dispositivos e nos aprisionam a posições de sujeitos rígidas e aparentemente fixas? A alternativa que Foucault (1984) postula assenta-se sobre a ética, ou seja, as formas de relações consigo mesmo através das quais o indivíduo se constitui como sujeito. O *voltar-se sobre si* trata de um ato reflexivo sobre as próprias ações, um modo de subjetivação. Isso não implica dizer que esse *si mesmo* seja uma dimensão pré-existente de um sujeito autoconstituído. Esse trabalho ético, ou seja, a “maneira pela qual um indivíduo deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (Foucault, 1984, p. 27), exige um embate com as linhas de força dos dispositivos. Isso acontece quando a força entra em relação com ela mesma, ou seja,

a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta para si mesma, exerce-se sobre si mesma ou afeta-se a si mesma. . . . Também aqui uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou o faça possível. É uma linha de fuga. Escapa às linhas anteriores, escapa-lhes. O si-mesmo não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia. (Deleuze, 1989, p. 3)

A partir das linhas de subjetivação decorrentes dos próprios dispositivos (ora como formas de resistência, ora como sujeição a outras normas), podemos acompanhar aquilo que Foucault chamou de artes da existência e/ou técnicas de si, as quais compreenderiam

práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo. (Foucault, 1984, p. 15)

Encontramo-nos, portanto, diante da complexidade dos dispositivos: eles compreendem relações de forças de saber e de poder, que conformam, legitimam e autorizam determinadas práticas; e linhas de subjetivação, que fazem que os indivíduos se reconheçam (ou não) como sujeitos. Eles são multiplicidades, e como tais não podem funcionar como preditivos quanto às produções de sujeito que possibilitam. Isso quer dizer que as cartografias dos dispositivos, traçar seu mapa (sempre móvel), desemaranhar e acompanhar suas linhas, leva-nos a terras desconhecidas, à heterogeneidade que podem os corpos.

Pensar e produzir velhices possíveis que ultrapassam ou ao menos resistem às modulações normativas de dispositivos de poder seria uma forma de enfrentamento à massificação e à serialização das subjetividades capitalísticas (Guattari, 1992). Uma alternativa para problematizar as experiências da velhice para além de perspectivas homogeneizadoras que apenas respondem a uma vontade de gestão e de tutela dos corpos velhos é considerar as singularidades de vivências das velhices a partir de categorias de articulação ou interseccionais, como vem propondo algumas teóricas feministas (Crenshaw, 2002; Brah, 2006; Piscitelli, 2008). A interseccionalidade permite pensar nas complexidades e nos imbricamentos das forças sociais, políticas e históricas que produzem os sujeitos e os processos de marginalização e exclusão.

Em nossos trabalhos anteriores, por exemplo, problematizamos as estilizações do homoerotismo e da

homossexualidade na velhice, articulando, desse modo, categorias como idade, gênero e sexualidade (Santos, 2012a, 2012b; Santos & Lago, 2013). Pudemos analisar como os corpos, os desejos e o erotismo encontram fissuras e matérias alternativas de expressão, mesmo diante de alguns fantasmas de abjeção que rondam as vidas de homens homossexuais mais velhos (Santos & Lago, 2013). Pocahy (2011, 2011a), em seus últimos trabalhos, também vem problematizando a homossexualidade e o homoerotismo possíveis a partir da experiência da velhice, apontando algumas formas de sociabilidades como estratégias de contestações às significações totalizantes sobre a velhice e a homossexualidade. De modo geral, o que esses trabalhos vêm mostrando, é que a velhice pode ser vivida a partir de uma ética e uma estética que afirma a potência da velhice, como sugere Tótora (2013), ou seja, como um modo refletido de se conduzir que não esteja preso às formas de tutela e de gestão da vida.

### **The *dispositif* of age, the historical production of the old age, and regimes of subjectification: A genealogical tracking**

**Abstract:** This paper discusses the historical production of the old age considering the *dispositif* of age. A genealogical tracking is outlined in order to point out some lines that have configured statements about the old age, especially in biopolitical contexts. It is emphasized how the discourses of truth about the old age do produce regimes of subjectification and constitute subjects from normalizing and generalizing references. Starting from the deconstructing of discourses regarding the old age, it is indicated the possibility of considering the experiences of the old age aside from the forms of tutelage and from the forms of calculated management of life.

**Keywords:** old age, *dispositif*, subjectivity, discourse, social psychology.

### **Le *dispositif* de l'âge, la production de la vieillesse et régimes de subjectivation: traçages généalogiques**

**Résumé:** Cet article met en question la production historique de la vieillesse en partant du dispositif de l'âge. Un traçage généalogique est fait afin de signaler quelques lignes qui édifient des énoncés sur la vieillesse à partir de plusieurs correlations de forces, en particulier dans des contextes biopolitiques. On souligne comment les discours de vérité qui énoncent la vieillesse produisent des régimes de subjectivation et constituent des sujets selon des référentiels normalisateurs et massificateurs. À partir de la déconstruction des discours liés à la vieillesse, on signale la possibilité de considérer les expériences de vieillesse au-delà des formes de tutelle et de gestions calculatrices de la vie.

**Mots-clés:** vieillesse, *dispositif*, subjectivité, discours, psychologie sociale.

### **El dispositivo de la edad, la producción de la vejez y regímenes de subjetivación: rastreos genealógicos**

**Resumen:** Este artículo problematiza la producción histórica de la vejez a partir del dispositivo de la edad. Se delinea un rastreo genealógico que busca apuntar algunas líneas que fueron configurando enunciados sobre la vejez a partir de diversas correlaciones de fuerzas, especialmente en contextos biopolíticos. Se destaca como los discursos de verdad que enuncian la vejez producen regímenes de subjetivación y constituyen sujetos a partir de referenciales normalizadores y masificadores. A partir de la deconstrucción de discursos relativos a la vejez, se apunta para la posibilidad de considerar las experiencias de la vejez para más allá de formas de tutela y de gestiones calculistas de la vida.

**Palabras clave:** vejez, dispositivo, subjetividad, discurso, psicología social.

## Referências

- Amaral, M. S. (2012). *“Essa boneca tem manual”*: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Amaral, M. S., & Toneli, M. J. F. (2013). Entre novatas, cdzinhas & transformers: políticas de (re)existência na experiência de travestis iniciantes. *História Agora*, 15, 162-184.
- Antunes, P. P. S. (2013). *Travestis envelhecem?* São Paulo, SP: Annablume.
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família* (2a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC.
- Barros, M. M. L. (2006). Trajetória dos estudos de velhice no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*, 52, 109-132.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Beluche, R. (2008). *O corte da sexualidade: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX*. São Paulo: Annablume.
- Benevides, R. (1997). Dispositivos em ação: o grupo. In R. Barros, E. Passos, S. Josephson, C. Abbes, C. Rauter, & A. Eirado (Orgs.), *Saúde e loucura 6 – subjetividade – questões contemporâneas* (pp. 183-191). São Paulo, SP: Hucitec.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembrança de velhos* (3a. ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Butler, J. (2002a). *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós.
- Butler, J. (2002b). Como os corpos se tornam matéria (entrevista com Judith Butler feita por Baukje Prins e Irene Costera Meijer). *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Barcelona, CT: Ediciones Paidós Ibérica.
- César, M. R. A. (2000). Por uma genealogia da adolescência. *Cadernos da F.F.C.*, 9(1), 10-20.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Debert, G. G. (1998). A antropologia e o estudo de dos grupos e das categorias de idade. In M. M. L. Barros, *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro, RJ: FGV Editora.
- Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, SP: Edusp.
- Deleuze, G. (1989). O que é um dispositivo?, 2001, a partir do texto: DELEUZE, G. Qu’est-ce qu’un dispositif? In: *Michel Foucault philosophe*. Paris: Rencontre internationale.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2008). *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia* (v. 3). Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.
- Donzelot, J. (1986). *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Duque, T. (2009). *Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Fernández, A. M. (2008). *Las lógicas colectivas: imaginários, cuerpos y multiplicidades* (2a. ed.). Buenos Aires, AR: Editorial Biblos.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal. (R. Machado, org., trad.)
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade: o uso dos prazeres* (v. 2). São Paulo, SP: Graal.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade: a vontade de saber* (v. 1). São Paulo, SP: Graal.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo, SP: Editora 34. (A. L. Oliveira e L. Cláudia, org., trad.)
- Henning, C. E. (2014). *Paizões, tiozões, tias e cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Lago, M. C. S. (2006). “Melhoridade”: brincando de Pollyana com a velhice. In C. Wolff, M. Fáveri, & T. R. Ramos (Orgs.), *Leituras em rede: gênero e preconceito* (pp. 115-130). Florianópolis, SC: Mulheres.
- Minayo, M. C. S., & Coimbra, C. E. A. Jr. (2002). Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In M. C. S. Minayo & E. A. Jr. Coimbra, (Orgs.), *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ.
- Motta, A. B. (2002). Envelhecimento e sentimento do corpo. In M. C. S. Minayo & C. E. A. Jr. Coimbra (Orgs.) *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ.
- Ortega, F. (2008). *O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.
- Peixoto, C. (1998). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade... In M. M. L. Barros (Org.), *Velhice ou terceira idade?* (pp. 69-84). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 13(2), 263-264.
- Pocahy, F. A. (2011) *Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.



- Pocahy, F. A. (2011a). A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. *Revista Polis e Psique*, 1, 254-275.
- Pretto, Z. (2013). A infância como acontecimento singular na complexidade dialética da história. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 623-630. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822013000300016>
- Rodrigues, R. O. (2010). *A produção histórica da criança/ infância, sua apropriação pelos discursos médico, pedagógico e psicológico e o devir-criança que escapa aos efeitos desses enunciados* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis, SP.
- Sais, A. P. (2011). *Dispositivo da velhice: uma analítica interpretativa* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Santos, D. K. (2012a). *Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Santos, D. K. (2012b). Porosidades da velhice: experimentações (homo)eróticas de corpos dissidentes. In *Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. Salvador, BA.
- Santos, D. K., & Lago, M. C. S. (2013). Estilísticas e estéticas do homoerotismo na velhice: narrativas de si. *Sexualidad, salud y sociedad*, 15, 113-147. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000300006>
- Scott, J. (1999). Experiência. In M. C. S. Lago, T. R. O. Ramos, & A. L. Silva (Orgs.). *Falas de gênero*. Florianópolis, SC: Mulheres.
- Tótora, S. (2008). Apontamentos para uma ética do envelhecimento. *Revista Kairós*, 11(1), 21-38.
- Tótora, S. (2013). Genealogia da velhice. *Ecopolítica*, 6, 4-21.
- Vilaça, N. (2000). Por uma cronopolítica: velhice e projeto. *Lumina*, 3(1), 33-44.

Recebido: 14/07/2014

Revisado: 27/04/2015

Aceito: 14/05/2015